ESTRATÉGIA BRASIL 2050

união, desenvolvimento e sustentabilidade

ANÁLISES SITUACIONAIS E RETROSPECTIVAS

DESMATAMENTO

ipea 60

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministra Simone Nassar Tebet

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta
Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Aristides Monteiro Neto

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (substituto)
Pedro Carvalho de Miranda

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Rafael Guerreiro Osório

Diretora de Estudos Internacionais
Keiti da Rocha Gomes

Chefe de Gabinete
Alexandre dos Santos Cunha

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social
Gisele Amaral de Souza

Ouvidoria: https://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: https://www.ipea.gov.br

ESTRATÉGIA BRASIL 2050

união, desenvolvimento e sustentabilidade

ANÁLISES SITUACIONAIS E RETROSPECTIVAS

DESMATAMENTO

ipea

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

EQUIPE TÉCNICA

Júlio César Roma
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail*: julio.roma@ipea.gov.br.

Comissão de Redação
Ana Cleusa Serra Mesquita
Bernardo Abreu de Medeiros
Bruno de Oliveira Cruz
Glauco Avelino Sampaio Oliveira
Helder Rogério Sant'Ana Ferreira
Joana Luiza Oliveira Alencar
Jose Aparecido Carlos Ribeiro
Luis Cláudio Kubota
Luiz Carlos Garcia Magalhães
Mauro Oddo Nogueira
Pedro Silva Barros
Salvador Teixeira Werneck Vianna
Vanessa Gapriotti Nadalin

Apoio
Raquel Viana Rocha
Tallita Soares de Andrade
Vitória Aparecida Braga da Silva

Como citar:

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Análises situacionais e retrospectivas**: desmatamento. Brasília: Ipea, 2025. 9 p. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/ri-eb-2050-desmatamento

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Este texto técnico, produzido de forma tempestiva em maio de 2024 e conforme demanda da Secretaria de Planejamento Nacional do Ministério de Planejamento e Orçamento, foi sintetizado por um comitê editorial e integrou o documento "Análise situacional e retrospectiva" entregue pelo Ipea em 21/06/2024 como insumo para o processo de elaboração da proposta da Estratégia Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050).

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/ri-eb-2050-desmatamento

APRESENTAÇÃO

Este relatório institucional faz parte da série *Análises situacionais e retrospectivas,* publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no início de 2025. São textos curtos e de produção expressa que foram elaborados no primeiro semestre de 2024 como insumo para a formulação da Estratégia Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050).

Na elaboração dessa estratégia, a Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento (Seplan/MPO) buscou, em março de 2024, o apoio do Ipea, pelo conhecimento do seu corpo técnico. Apresentou uma lista de temas diversos, contendo mais de cinquenta tópicos de políticas públicas, programas, públicos-alvo, fenômenos sociais e setores econômicos. De forma a atender à demanda, o Ipea constituiu uma comissão de redação, responsável pela coordenação dos trabalhos, que envolveu a participação de mais de vinte colaboradores na produção de textos-base para cada um dos temas tratados.

Os textos trazem definições do tema, diagnóstico atual e retrospectivo, análise de indicadores, e considerações sobre desafios e oportunidades. Do trabalho entregue pelo Ipea, a Seplan fez uma síntese, selecionando aspectos abordados (Brasil, 2024), e o Ipea produziu essa série de relatórios. Os textos publicados tratam de políticas e temas essenciais para o desenvolvimento econômico e social, incluindo assistência social, saúde, previdência, segurança pública, empreendedorismo, agronegócio, agricultura familiar, indústria, serviços, mineração, inclusão digital, governo digital, transparência e combate à corrupção, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

Esperamos que os conteúdos apresentados ajudem na sua reflexão sobre cada um desses temas.

Boa leitura!

Luciana Mendes Santos Servo
Presidenta do Ipea

Helder Rogério Sant'Ana Ferreira
Coordenador-Geral de Planejamento e Articulação Institucional do Ipea

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Análise retrospectiva e situacional**. Brasília: MPO, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/estrategia-2050-conteudo/eb2050-analise-retrospectiva-e-situacional.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

SINOPSE

Desmatamento é a remoção completa da vegetação nativa, que pode ocorrer em vegetações abertas ou florestais, estando presente em todos os biomas brasileiros. É uma das principais causas da perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos, bem como da emissão de gases de efeito estufa no Brasil. Devido à sua extensão geográfica e aos seus impactos socioeconômicos e ambientais, é, portanto, um dos principais problemas ambientais brasileiros. O país vem monitorando regularmente o desmatamento por meio de sensoriamento remoto e geoprocessamento, graças ao trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para a Amazônia Legal desde 1988, estendido aos demais biomas em 2012. Para reduzir o desmatamento, foi implementado em 2004 o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o qual obteve grande sucesso até 2018. Apesar disso, este foi descontinuado pelo governo federal entre 2019 e 2022, o que resultou em aumento no desmatamento anual na Amazônia Legal nesse período. Um plano semelhante, denominado Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado), foi implementado com o mesmo objetivo para o Cerrado a partir de 2012, obtendo igualmente uma redução substancial nas áreas desmatadas naquele bioma até 2018. No entanto, também o PPCerrado foi descontinuado pelo governo federal entre 2019 e 2022, e as taxas de desmatamento anual voltaram a subir no Cerrado. A retomada da política de combate ao desmatamento, promovida pela atual gestão do governo federal, com a restituição do PPCDAm e do PPCerrado a partir de 2023, tem se mostrado a maneira mais efetiva de reduzi-lo, bem como seus efeitos, em consonância com uma série de compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Brasil. É necessário, portanto, estender o quanto antes a elaboração e implementação de planos de prevenção e controle do desmatamento também aos biomas Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, conforme determina o Decreto nº 11.367/2023.

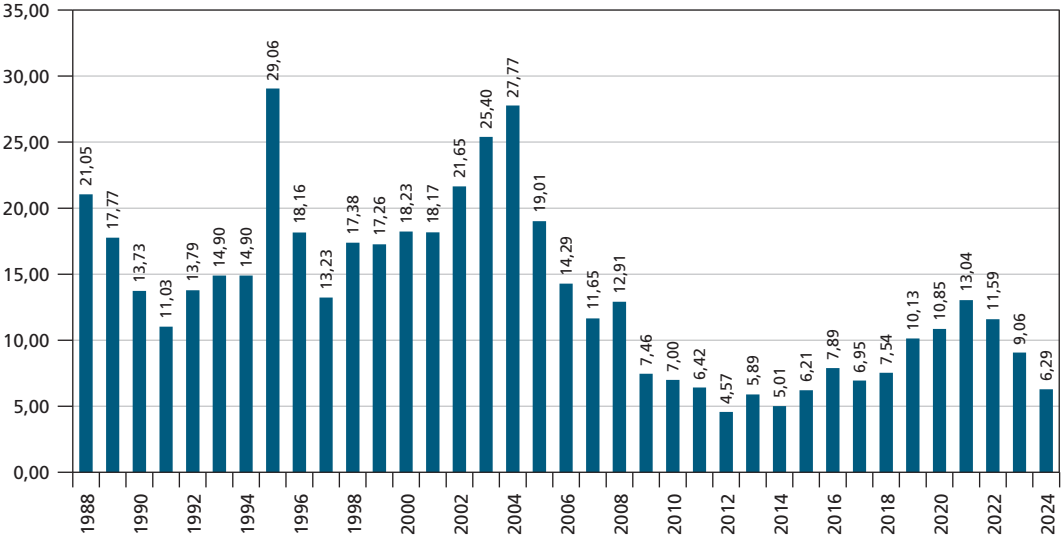
Palavras-chave: desmatamento; mudança do clima; emergência climática; perda de biodiversidade; biomas brasileiros.

DESMATAMENTO

Desmatamento refere-se a áreas onde houve corte raso da vegetação nativa, ou seja, sua completa remoção. É um processo que ocorre em todos os tipos de vegetação, desde campos até florestas, em todos os biomas brasileiros. Devido à sua extensão geográfica e aos seus impactos socioeconômicos e ambientais, o desmatamento é considerado uma das principais causas de perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos em todo o mundo, bem como uma das principais causas de emissões de gases de efeito estufa em ambientes terrestres brasileiros – conforme os dados de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, no gráfico 24 da análise situacional e retrospectiva sobre mudança do clima, presente em Brasil (2024) –, com impactos negativos significativos também sobre a saúde pública, a economia e a mudança do clima. Dessa forma, o desmatamento é um dos principais problemas ambientais em espaços terrestres do Brasil, sendo necessário preveni-lo e controlá-lo.

O Brasil possui uma larga experiência na elaboração e implementação de planos de prevenção e controle do desmatamento, com períodos de grande redução das taxas anuais de desmatamento em seu território. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) monitora as taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal desde 1988, utilizando tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento (Inpe, 2008). No início dos anos 2000, foram detectados elevados níveis de desmatamento na Amazônia Legal brasileira. Como resposta, o governo federal concebeu e implementou, a partir de 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Até 2019, o PPCDAm teve quatro fases implementadas, com bastante sucesso na redução da taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal, que atingiu um mínimo de 4.571 km² em 2012, no início de sua terceira fase (gráfico 1).

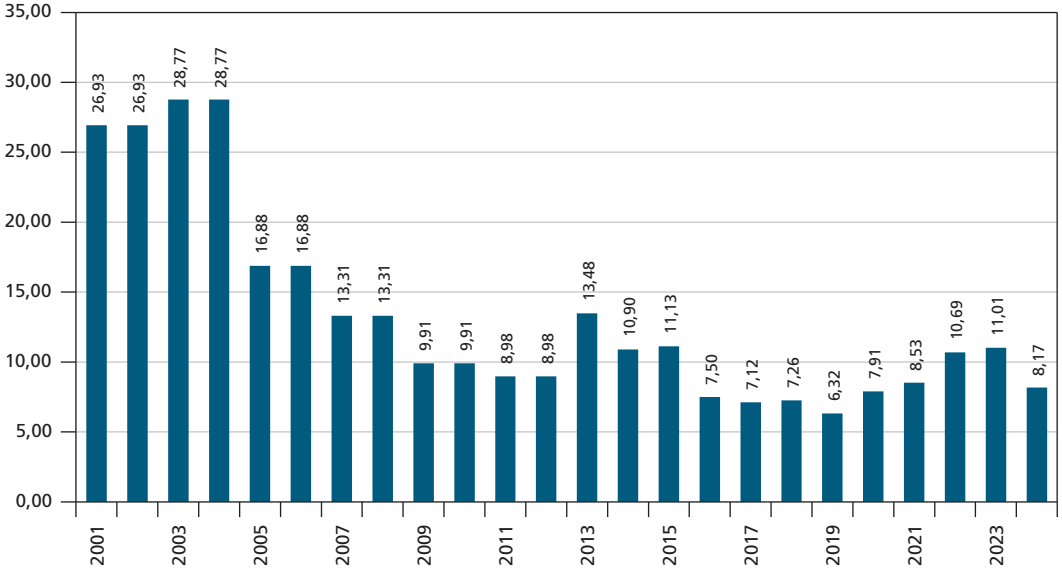
GRÁFICO 1
Área desmatada anualmente na Amazônia Legal brasileira (1988-2024)
(Em 1 mil km²)



Fonte: Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite – Prodes/Inpe. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates.
Elaboração do autor.
Obs.: Anos com áreas desmatadas iguais referem-se à média calculada para os dois anos.

Ao final dos anos 2000, com a extensão do monitoramento por satélite da cobertura vegetal a outros biomas, ficou evidente que também o Cerrado necessitava de ações urgentes de prevenção e controle do desmatamento, cujos números à época eram mais elevados do que aqueles apresentados pela Amazônia Legal (gráfico 2). Assim, com base na experiência do PPCDAm, em 2012 foi concebido e implementado o primeiro Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado). Até 2019, quando o desmatamento do Cerrado atingiu um mínimo de 6.319 km², foram implementadas três fases do PPCerrado.

GRÁFICO 2
Área desmatada anualmente no bioma Cerrado (2001-2024)
(Em 1 mil km²)



Fonte: Prodes/Inpe. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments.
Elaboração do autor.
Obs.: Anos com áreas desmatadas iguais referem-se à média calculada para os dois anos.

Em 2019, porém, a quarta fase do PPCDAm e a terceira fase do PPCerrado, previstas para durarem até 2020, foram interrompidas precocemente pelo governo federal à época e substituídas pelo Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023. Embora muito menos detalhado do que o PPCDAm, o plano nacional almejava combater o desmatamento ilegal em todos os biomas. Como consequência dessa medida, no período 2020-2022, as taxas de desmatamento voltaram a crescer, tanto na Amazônia Legal quanto no Cerrado (gráficos 1 e 2). Com a nova mudança no governo federal decorrente das eleições de 2022, o Decreto nº 11.367/2023 restabeleceu o PPCDAm e a governança do PPCerrado, além de determinar que se estendesse a elaboração de planos de ação para a prevenção e o controle do desmatamento para todos os biomas terrestres brasileiros. Até o momento, porém, os planos de ação para os biomas Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal não foram lançados. No momento, encontram-se vigentes a quinta fase do PPCDAm (Brasil, 2023a) e a quarta fase do PPCerrado (Brasil, 2023b), ambos para o período 2023-2027.

A implementação de planos de prevenção e controle tem se mostrado a maneira mais efetiva de reduzir as taxas do desmatamento e de seus efeitos, em consonância com uma série de compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Brasil. Entre esses, destacam-se: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e o seu respectivo Acordo de Paris.

Considerando que o Brasil é o país com maior biodiversidade em termos mundiais e também um dos países que mais emitem gases de efeito estufa, o combate ao desmatamento é, portanto, uma maneira efetiva de o Brasil contribuir de maneira decisiva para o atingimento tanto das metas nacionais quanto das metas globais, relativas a esses compromissos. No entanto, considerando os efeitos já em curso da perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos, além dos da mudança do clima, estima-se que a janela de oportunidade para que isso ocorra estenda-se apenas por mais alguns anos, a partir de quando os danos ao planeta podem tornar-se irreversíveis, com graves consequências para a humanidade. É necessário, portanto, acelerar as medidas de combate ao desmatamento, monitorando em bases regulares a execução dos planos de ação vigentes e estendendo-os a todos os demais biomas terrestres brasileiros, em consonância com o Decreto nº 11.367/2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**: 5ª fase (2023-2027). Brasília: MMA, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/ppcdam_2023_sumario-rev.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCCerrado)**: 4ª fase (2023-2027). Brasília: MMA, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/ppcerrado/ppcerrado_4fase.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Análise retrospectiva e situacional**. Brasília: MPO, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/estrategia-2050-conteudo/eb2050-analise-retrospectiva-e-situacional.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélites**: sistemas Prodes, Deter, Degrad e Queimadas 2007-2008. São José dos Campos: Inpe, 10 dez. 2008. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/relatorio_prodes2008.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Alice Souza Lopes
Everson da Silva Moura

Revisão
Amanda Ramos Marques Honorio
Cláudio Passos de Oliveira
Denise Pimenta de Oliveira
Emilly Dias de Matos
Gisela Carneiro de Magalhães Ferreira
Letycia Luiza de Souza
Lucas Sales Lyra
Nayane Santos Rodrigues
Olavo Mesquita de Carvalho
Reginaldo da Silva Domingos
Susana Sousa Brito
Yally Schayany Tavares Teixeira
Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)
Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração
Anderson Silva Reis
Augusto Lopes dos Santos Borges
Cristiano Ferreira de Araújo
Daniel Alves Tavares
Danielle de Oliveira Ayres
Leonardo Hideki Higa

Capa
Danielle de Oliveira Ayres

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília
Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C
Centro Empresarial Brasília 50, Torre B
CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.

ESTRATÉGIA BRASIL 2050
união, desenvolvimento e sustentabilidade

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO